

As dinastias liberais. Relações de parentesco entre os membros do parlamento no período da monarquia constitucional (1834-1910)

INTRODUÇÃO

Com a vitória liberal em 1834 instaurou-se definitivamente o modelo político e institucional do constitucionalismo monárquico. Os anos iniciais foram tempos de reconhecida instabilidade: a revolução de Setembro (1836), a revolta dos marechais (1837), a rebelião arsenalista (1838), o golpe de Costa Cabral (1842), a revolta de Torres Novas (1844), a Maria da Fonte (1846), a Patuleia (1846-1847). Apesar da reconhecida acalmia trazida pela Regeneração, convém recordar alguns momentos de perturbação depois de 1851: a rebelião de Braga (1862), a Janeirinha (1868), a Pavorosa (1872), o ultimato (1890), a revolta republicana do Porto (1891), o regicídio (1908) e, por fim, o vitorioso 5 de Outubro de 1910.

Sabendo-se que um dos elementos-chave do liberalismo foi a instituição do sufrágio como fonte de legitimação do poder político, poder-se-ia pensar que este quadro de instabilidade política se repercutiria de forma violenta no quadro da representação parlamentar. Tal facto sai até reforçado se atendermos a que durante os setenta e seis anos que mediaram entre 1834 e 1910 ocorreram 40 legislaturas, durante as quais existiram mais de 2500 parlamentares, dos quais mais de 1000 ocuparam um lugar em São Bento apenas numa só legislatura.

* Universidade Nova de Lisboa.

Se estes dados são em parte justificáveis pelos já enumerados momentos de instabilidade, a verdade é que uma análise mais detalhada permite estabelecer uma surpreendente rede de relações de parentesco, em grande parte assente numa filiação linhagística e genealógica, que demonstra como a aparente instabilidade, descontinuidade e eventual ruptura na representação parlamentar foi compensada pelas continuidades que tinham por base não tanto as solidariedades políticas, mas sobretudo as ligações familiares.

É neste sentido que se procede a uma primeira abordagem sobre quem eram os parlamentares portugueses no período que medeia entre a vitória liberal de 1834 e a implantação da República em 1910. Num estudo amplo sobre o recrutamento parlamentar deveria naturalmente considerar-se a origem geográfica do nascimento e dos círculos de eleição, a origem social, a formação académica, o percurso profissional, o alinhamento partidário, a duração da presença no parlamento e muitas outras variáveis que permitissem caracterizar os indivíduos que deram corpo à «representação nacional». Mas do que aqui se trata é de identificar as relações de parentesco e de apresentar os dados disponíveis — de forma quantificada — quanto ao número total de parlamentares com relações de parentesco e ao tipo de relações de parentesco existentes. Além disso, serão também apresentados alguns exemplos de «dinastias parlamentares» que, ou tiveram especial importância política, ou contaram com um elevado número de membros no parlamento, ou ainda percorreram o arco temporal em que este trabalho se situa.

O ponto de partida para este estudo foi o trabalho de edição do *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*, o qual decorre da iniciativa da Assembleia da República e do Instituto de Ciências Sociais¹.

Trata-se de um projecto que identificou um total de 2574 parlamentares entre deputados, senadores, pares do Reino vitalícios e pares do Reino electivos. Reconheça-se, porém, que, sendo objectivo fundamental do *Dicionário* produzir a «biografia parlamentar», nem todos os parlamentares foram objecto de uma investigação aprofundada da sua biografia pessoal ou das suas origens genealógicas. Por esse motivo, foi necessário aprofundar as pesquisas, muitas vezes a partir da identificação dos apelidos ou dos títulos nobiliárquicos, no sentido de alargar a base de informação de que se dispunha. Ainda assim, só ulteriores investigações poderão vir a estabelecer genealogias e relações de parentesco dos parlamentares para muitos dos casos em que actualmente se encontram omissas.

¹ Agradeço à Prof. Doutora Maria Filomena Mónica, enquanto coordenadora geral do projecto, a autorização para a consulta integral das biografias dos parlamentares que ainda se encontram no prelo.

Pelo que ficou dito, torna-se desde já visível o papel relevante da investigação das genealogias e das relações de parentesco, na medida em que permite alargar o conhecimento disponível — tantas vezes parcelar — e assim identificar as famílias de origem, neste caso, dos parlamentares portugueses. Com toda a importância que isso tem para se conhecer a origem social dos parlamentares e abrir pistas para a descoberta de mais informação para a biografia pessoal e política de cada um deles.

No conjunto dos parlamentares — de que foi possível estudar um universo de 2503 (correspondente a 97,2% do total) — foram registadas referências às relações familiares em 2070 biografias. Se bem que em muitos casos conste apenas o nome do pai e/ou da mãe, a verdade é que tal número constitui já uma base suficientemente ampla para ser tratada e cujos dados apresentam indicadores interessantes para a história do parlamentarismo em Portugal.

QUADRO GERAL DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO ENTRE MEMBROS DO PARLAMENTO PORTUGUÊS (1834-1910)

A investigação efectuada permitiu estabelecer o seguinte quadro geral das relações de parentesco entre membros do parlamento português no período de 1834 a 1910:

Parlamentares portugueses (1834-1910)

[QUADRO N.º 1]

Total de parlamentares	2 574	—
Biografias estudadas	2 503	97,24%
<u>Biografias sem informações relativas a relações de parentesco . .</u>	<u>433</u>	<u>17,30%</u>
Total de biografias em análise	2 070	82,70%
Parlamentares sem relações de parentesco	1 137	54,93%
Parlamentares com relações de parentesco	933	45,07%

Nas 2070 biografias — que serão o universo sobre o qual passarão a referir-se os valores em percentagem — foram identificados 933 parlamentares com relações de parentesco com pelo menos outro parlamentar, ou seja, um valor ligeiramente superior a 45% do total.

Uma percentagem tão elevada evidencia o carácter endogâmico do conjunto dos parlamentares portugueses e mostra até que ponto era restrita a base de recrutamento do pessoal político, que se realizava não só no círculo das amizades políticas, mas também — como os números demonstram — no quadro das relações familiares.

Quanto ao tipo de relações de parentesco, eram as seguintes:

Tipologia das relações de parentesco

[QUADRO N.º 2]

Filhos	211	(a) 10,19 %
Netos	63	3,04 %
Bisnetos/trinetos	9	0,43 %
Irmãos	335	16,18 %
Cunhados	165	7,97 %
Sobrinhos	179	8,64 %
Sobrinhos-netos	55	2,65 %
Genros	88	4,25 %
Pais	278	13,42 %
Avôs	92	4,44 %
Bisavôs/trisavôs	18	0,86 %
Tios	192	9,27 %
Tios-avôs	54	2,60 %
Primos	179	8,64 %
Sogros	99	4,78 %
Parentes	55	2,65 %
Compadres	54	2,60 %
Afilhados	7	0,33 %
Padrastos	2	0,09 %
Padrinhos	6	0,28 %
Total de relações de parentesco	(b) 2 141	—

(a) Percentagem sobre o total de biografias em análise: 2070.

(b) Este número supera largamente os 933 parlamentares com relações de parentesco, pois cada parlamentar teve, em média, 2,3 parentes nas Cortes.

Trata-se de um quadro muito variado de relações de parentesco onde predominam as relações de maior proximidade — irmãos e pais —, abrangendo, só neste âmbito, 613 casos (29,6%). E, mesmo sem se ter desenvolvido um estudo aprofundado sobre as relações de parentesco ritual — provenientes de baptismos e casamentos —, parece claro que sai reforçado o carácter endogâmico de que se revestiu a representação parlamentar, demonstrando um grau elevado de auto-reprodução da elite política parlamentar.

Aliás, o tipo de relações de parentesco que teve maior peso percentual foi o de «irmãos», num total de 335 (16,18% dos parlamentares). Os casos mais salientes — com cinco irmãos — foram os das famílias Silva Pereira (Antas) e Carvalho (Chanceleiros):

Silva Pereira (Antas) — Frederico Guilherme
 Francisco Xavier (conde das Antas)
 José Joaquim
 Joaquim Narciso
 António Júlio

Carvalho (Chanceleiros) — Sebastião José
Lourenço António
Pedro Augusto
António Maria
João Anastácio

Registe-se o facto de — no caso da família Silva Pereira (Antas) — quatro dos cinco irmãos se encontrarem no parlamento numa mesma legislatura: aconteceu em 1851-1852, quando António Júlio, Frederico Guilherme e José Joaquim estiveram na Câmara dos Deputados, ao passo que Francisco Xavier, conde das Antas, ocupava um lugar na Câmara dos Pares. Noutras duas legislaturas — 1838-1840 e 1853-1857 — estiveram três dos cinco irmãos, sendo que na última já o conde das Antas tinha falecido.

No caso da família Carvalho (Chanceleiros) verificou-se uma situação semelhante: em 1879, Lourenço António, Pedro Augusto e João Anastácio foram deputados e Sebastião José, visconde de Chanceleiros, era par do Reino. Nas legislaturas de 1884-1887 e 1890 três dos irmãos ocuparam em simultâneo cadeiras em São Bento (v. anexo i). Seria interessante analisar até que ponto esta simultaneidade de presenças nas Cortes terá (ou não) correspondido a uma acção política e parlamentar concertada dos Silva Pereira (Antas) e dos Carvalho (Chanceleiros) nos períodos em causa.

Quanto ao alinhamento político-partidário, a família Silva Pereira (Antas) situava-se maioritariamente à esquerda, se bem que Frederico Guilherme tenha evoluído para posições mais conservadoras, sendo membro do governo saldanhista pós-Regeneração.

No caso dos Carvalho (Chanceleiros), o alinhamento partidário da família não era homogéneo: Sebastião José esteve com Ávila em 1871, com o governo «independente» de José Dias Ferreira em 1892 e não enjeitara alguma aproximação aos progressistas em 1880; João Anastácio, Pedro Augusto e Lourenço António alinharam no Partido Regenerador e António Maria foi do Partido Constituinte e esteve depois com o Partido Progressista.

Provavelmente, como escreveu J. A. Duran, no já distante ano de 1972, «ser liberal ou conservador ou o que quer que fosse importa menos do que os vínculos de família e de grupo que dão às lutas políticas um carácter descaradamente interessado»².

Sem abandonar ainda o caso dos parlamentares que eram irmãos, existem quatro famílias com quatro irmãos:

Serpa Pimentel (viscondes de Gouveia);
Sá Brandão (condes de Bertandos);

² J. A. Duran, no seu estudo intitulado *Historia de Caciques, Bandos e Ideologias en la Galicia no Urbana (Rianxo, 1910-1914)*, Madrid, 1972, p. 214.

Carvalho e Meneses (condes da Costa e visconde de Guedes);
Brandão de Melo (condes e marqueses de Terena e condos de Bertianos).

E com três irmãos o número sobe para 16 famílias.
Já quanto à relação patrilinear, encontramos a seguinte situação:

Parlamentares com...

[QUADRO N.º 3]

Filhos	211	10,19 %
Pais	278	13,42 %

A diferença dos valores resulta de que há 35 pais com mais de um filho, enquanto os filhos têm, obviamente, apenas um pai (a que se somaram ainda aqueles para os quais foi possível identificar os pais que foram parlamentares apenas nas legislaturas ocorridas entre 1821 e 1828).

Sendo certo que o peso do pariatos é significativo — 100 pares do Reino foram-no por sucessão aos pais —, a verdade é que a câmara baixa do parlamento contou com 178 filhos de outros parlamentares, atingindo quase dois terços da relação patrilinear existente no parlamento.

Também aqui se justifica chamar a atenção para alguns casos mais relevantes.

O primeiro diz respeito a Manuel António de Carvalho, 1.º barão de Chancelheiros, que foi pai de cinco parlamentares e a que já antes se aludiu. Assinale-se que, por este facto, a família esteve presente em 35 das 40 legislaturas que decorreram entre 1834 e 1910.

Dois outros parlamentares tiveram quatro filhos em São Bento. Foram eles os seguintes:

Manuel de Serpa Saraiva Machado, membro das Cortes vintistas e pai de:

- António de Serpa Pimentel;
- Bernardo de Serpa Pimentel;
- Eduardo de Serpa Pimentel;
- José Freire de Serpa Pimentel, 2.º visconde de Gouveia.

José Maria Brandão de Melo Cogominho Correia Pereira de Lacerda, 2.º visconde de S. Gil de Perre e 2.º conde de Terena, pai de:

- Luís Brandão de Melo Cogominho Correia de Sá Pereira de Lacerda Figueiroa, 3.º conde e 2.º marquês de Terena;

Francisco Brandão de Melo;
 Sebastião Correia de Sá Brandão;
 António Emílio Correia de Sá Brandão.

Por ordem de peso percentual, seguem-se as relações de parentesco entre «tios e sobrinhos», registando-se 192 casos (9,27%). Embora ligeiramente abaixo dos 10 % do total, é também elevado o número de parlamentares com tios no parlamento. Assinale-se, contudo, que alguns destes tios o são por afinidade.

Merece atenção o caso de um parlamentar que contou com sete tios em São Bento. Tratou-se de Aires de Ornelas e Vasconcelos, que foi ministro da Marinha e do Ultramar do governo de João Franco e provinha das casas do duque de Palmela e do conde da Ponte.

Foram seus tios:

Brás Lorena, 9.º marquês das Minas;
 Domingos Holstein, 2.º duque de Palmela;
 Luís Figueiroa, 2.º marquês de Terena;
 Caetano Lencastre, 2.º conde das Alcáçovas;
 Francisco Castro, 7.º conde das Galveias;
 Francisco Holstein, 1.º marquês de Sousa Holstein;
 Filipe Holstein, 1.º marquês de Monfalim.

A família Palmela, aliás, forneceu um caso inverso e até numericamente mais expressivo, isto é, um parlamentar que teve nove sobrinhos no parlamento. Tal caso deu-se com Filipe Holstein (irmão do duque de Palmela), sendo quatro dos parlamentares sobrinhos consanguíneos e cinco por afinidade, fruto do casamento de cinco sobrinhas.

Num trabalho mais extenso justificar-se-ia proceder ao mesmo tipo de análise relativamente às linhagens consanguíneas: avôs, bisavôs, trisavôs, netos, bisnetos e trinetos, bem como tios-avôs e primos.

Não devem, porém, deixar de referir-se as relações de parentesco de raiz contratual, em certa medida decorrentes da escolha dos parlamentares ou dos seus progenitores. Trata-se dos casos resultantes do contrato de casamento, que geraram genros e sogros, cunhados e compadres (aqui no sentido mais prosaico de pais dos noivos). Não me referirei aos que decorrem dos baptismos, uma vez que são parcas as informações a esse respeito.

Parlamentares com...

[QUADRO N.º 4]

Genros	188	4,28%
Sogros	99	4,78%
Cunhados	165	7,97%
Compadres	54	2,60%
<i>Total</i>	406	19,63%

Sendo certo que os valores percentuais se situam aqui a níveis mais baixos, é de salientar que o número de cunhados é bastante significativo e fica muito perto do número de tios que existiam no parlamento.

O conjunto dos valores relativos a estas relações de raiz contratual constitui uma parte importante do total dos 933 parlamentares com relações de parentesco. É mais importante se torna se se atender a que se trata da aquisição de parentescos fora da linhagem consanguínea, que se apresentam como um reforço do fechamento e da reprodução em círculo fechado da elite política parlamentar. Parafraseando Maria Antonia Peña Guerrero, o parentesco aglutina mais lealdade do que qualquer ideologia e filia melhor do que a adesão a qualquer partido³.

É nesta medida que convém abordar os casos de inter-relacionamento familiar que demonstram quanto o recrutamento do pessoal político se efectuava em âmbito restrito. Evidentemente que essas ligações não decorrem da esfera meramente política e se entrecruzam com alianças matrimoniais, relacionadas com estratégias de carácter patrimonial, de prestígio social ou outras, mas o que está fora de dúvida é que tiveram reflexos notórios na constituição da «gente do poder» durante a monarquia constitucional.

A título de exemplo, registem-se a ligações entre as famílias:

Balsemão — Terena/Bertiandos — Tarouca — Alcáçovas —
Penalva — Costa/Guedes;

Palmela — Vila Real — Beire — Resende — Terena — Alcáçovas —
Galveias — Arrochela — Asseca — Castelo de Paiva — Minas —
Avilez — Sobral — Nisa;

Fronteira — Torre de Moncorvo — Banho — Anadia — Alverca —
Lousã;

Braamcamp — Sobral — Ficalho — Sousa Holstein — Vila Real —
Pindela — Parati;

Lagoaça — Francos — Castro e Sola — Barros e Sá.

Pela exposição já avançada e pelos valores expressos por números e percentagens fica clara a relevância do carácter familiar de parte significativa das «relações políticas», a que não é estranha a necessidade de garantir o monopólio efectivo do poder por parte da geração liberal que derrotou e substituiu no poder os próceres do absolutismo. E, se até à Regeneração de 1851 o vínculo familiar pode ter constituído uma estratégia de consolidação do poder, após 1851 — com o fim da «guerra de todos contra todos» substituída pelo «acordo»⁴ e pela progressiva homogeneização da vida polí-

³ Maria Antonia Peña Guerrero, *El Sistema Caciquil en la Provincia de Huelva — Clase Política y Partidos (1898-1923)*, Córdova, 1993, p. 90.

⁴ M. Fátima Bonifácio, «O século XIX em perspectiva política (1807-1890)», in *Apologia da História Política — Estudos sobre o Século XIX Português*, Lisboa, 1999, pp. 131-207.

tica — a dominância dos vínculos familiares foi um dos meios de acesso àquilo que viria a ser conhecido pela designação pitoresca de estar sentado «à mesa do Orçamento».

Por isso o fenómeno das dinastias familiares, se poderá ter sido mais notório no início do período, manteve-se intocado até final do regime monárquico.

DINASTIAS PARLAMENTARES

Abordar-se-ão em seguida alguns dos casos que se afiguraram paradigmáticos dos aspectos endogâmicos da prática política da época, que se constituíram como verdadeiras «dinastias parlamentares», entendidas não só como a transmissão do cargo parlamentar a um parente, mas como o alargamento a vários membros da família da titularidade de uma cadeira em São Bento, quer em simultaneidade temporal, quer ao longo de várias gerações.

O mais emblemático de todos esses casos é o da «dinastia Palmela» (v. anexos I e II). No total foram 34 os parlamentares que tinham laços de parentesco com o fundador da dinastia, D. Pedro de Sousa Holstein. Trata-se de uma figura por de mais conhecida: foi 1.º conde, 1.º marquês e 1.º duque de Palmela (Turim, 8-5-1781 – Lisboa, 12-10-1850). Desempenhou os cargos de senador, conselheiro de Estado, presidente da Câmara dos Pares, ministro e primeiro-ministro em diversas ocasiões, colaborador de D. Pedro, chefe do «partido aristocrático» e um dos mais activos e influentes políticos do seu tempo. Um moderado identificado com as posições inglesas.

Contou com três filhos, cinco netos (dois por afinidade), quatro bisnetos, quatro genros, um irmão, três sobrinhos (um por afinidade), cinco sobrinhos-netos (um por afinidade), um tio, dois primos, dois cunhados e quatro compadres, no total de 34 parlamentares.

Não pode omitir-se que um tão elevado número de parlamentares com vínculo ao fundador decorre da condição maioritária de serem detentores de títulos nobiliárquicos (85,2 %) e por essa via ascenderem, em geral, a pares do Reino. Mas atente-se que mais de um terço — em número de 13 — acedeu pela primeira vez às Cortes tendo de passar pela prova das urnas. Sabendo-se, porém, como decorriam as eleições durante a monarquia constitucional, tiveram por certo de contar com o patrocínio de influentes, que tudo leva a crer se situavam no seio do vínculo familiar.

Ao longo das quarenta legislaturas do período a família esteve presente em todas elas, oscilando entre um mínimo de um — na legislatura de 1837-1838 (correspondente às Cortes Constituintes setembristas) — e um máximo de doze — nas legislaturas de 1842-1845 e 1848-1851. Estas legislaturas, onde a representação da família atingiu os seus valores máximos, correspondem a dois momentos políticos significativos: restauração da Carta (1842) e o fim da guerra civil da Patuleia (1848). Mas atente-se também que

a família estava igualmente bem representada no período subsequente à Regeneração. A partir de 1880 nota-se um lento declínio da dinastia Palmela, que em 1894 e 1901 esteve reduzida a apenas três descendentes do duque, mas as últimas duas legislaturas contaram já com cinco e sete membros da família, o que atesta uma recuperação de posições e, principalmente, que o fenómeno das linhagens políticas continuava bem vivo quando a monarquia entrava em derrocada.

Outro caso que supera a vintena de parlamentares com relações de parentesco teve por fundador Anselmo José Braamcamp de Almeida Castelo Branco (Lisboa, 4-1-1792 — Lisboa, 15-1-1841), coronel extraordinário de milícias, deputado e ministro dos Estrangeiros em 1821, conselheiro de Estado e deputado (v. anexo I e II). Braamcamp Castelo Branco, que teve um tio na Câmara dos Pares, contou no parlamento com dois filhos, seis netos (três por afinidade), um bisneto, dois genros, um irmão, dois sobrinhos (ambos por afinidade), três sobrinhos-netos (um por afinidade), dois sobrinhos-bisnetos (um por afinidade) e dois compadres, num total de 23 parlamentares, considerando o fundador. Desses, seis foram apenas deputados, seis foram deputados e pares do Reino, um foi deputado, senador e par do Reino, um foi senador e par do Reino e nove foram somente pares do Reino.

Também a «dinastia Braamcamp» esteve presente em todas as legislaturas que decorreram entre 1834 e 1910. O período em que teve mais membros no parlamento ocorreu na fase final do regime monárquico, já depois de 1900. Ao invés, as legislaturas entre 1837 e 1842 foram as que contaram com menos representantes da família, sendo correspondentes ao período de interregno da Carta Constitucional. Os alinhamentos políticos situaram-se maioritariamente à esquerda, acabando até por fornecer o primeiro presidente do parlamento republicano, Anselmo Braamcamp Freire.

Embora numa escala inteiramente diferente, também o caso da família Margiochi (v. anexo I) constitui um caso singular de «direito sucessório» no exercício do mandato parlamentar. Envolve apenas quatro parlamentares, todos eles ligados por laços de consanguinidade patrilinear. O fundador foi Francisco Simões Margiochi (Lisboa, 5-10-1774 — Lisboa, 6-6-1838), lente da Academia de Marinha, deputado às Cortes vintistas e ministro de D. Pedro, nomeado par do Reino por carta régia de 2-9-1834. Desde então — até à implantação da República — a «dinastia Margiochi» só sofreu dois interregnos: nas legislaturas de 1837 a 1842, período primeiro dominado pelos «setembristas» e depois pelos «ordeiros», e nas legislaturas que antecederam o regicídio, de 1905 a 1908, neste caso apenas porque o último dos Margiochis demorou a tomar posse do seu lugar na câmara alta. Tratava-se de uma família com fortes vínculos familiares, com evidente incidência nos nomes de baptismo, já que todos os parlamentares tiveram nomes idênticos, Francisco Simões Margiochi, tendo apenas o último dos dinastas anteposto o apelido «Almeida» ao derradeiro apelido.

Os casos referidos demonstram bem como a «classe política» de Oitocentos e princípios de Novecentos funcionava num círculo relativamente fechado. E os exemplos poderiam multiplicar-se com as famílias Chancelheiros (v. anexo I), Borralha (v. anexo II), Lagoaça, Bertandos/Terena, Mesquitela, Costa/Guedes e muitas outras.

Não só o recrutamento se realizava em grande medida no seio da elite social e política, como a prolongada duração das carreiras parlamentares impedia uma maior «circulação» do pessoal político, contribuindo, por um lado, para a estabilização do funcionamento da instituição parlamentar, mas, por outro, para acentuar o pendor oligárquico do regime. Aliás, na senda de Eduardo Cabezas Ávila, estas famílias reúnem alguns elementos decisivos para a sua perpetuação no poder, a saber, a influência política, a conexão com a cultura, a educação e o meio militar, a busca de matrimónios convenientes, a aliança do prestígio social com os potentados económicos⁵.

É verdade que sobre mais de metade dos parlamentares se desconhece a existência dos laços de parentesco. Mas é também verdade que esses constituíram a grande maioria dos que tiveram uma participação episódica na vida política e parlamentar. Por essa razão não deixaram marca visível no panorama político da época.

Foram, de facto, aqueles que pertenceram às muitas dinastias parlamentares que moldaram o quadro político e institucional e que ocuparam, em grande medida, os centros da decisão política no Portugal liberal. Por estes motivos deve sublinhar-se a importância de um estudo aprofundado e comparativo — em especial no contexto europeu, mas que poderá estender-se ao outro lado do Atlântico — de modo a retratar a elite política no período da monarquia constitucional.

ANEXOS

DINASTIAS PARLAMENTARES

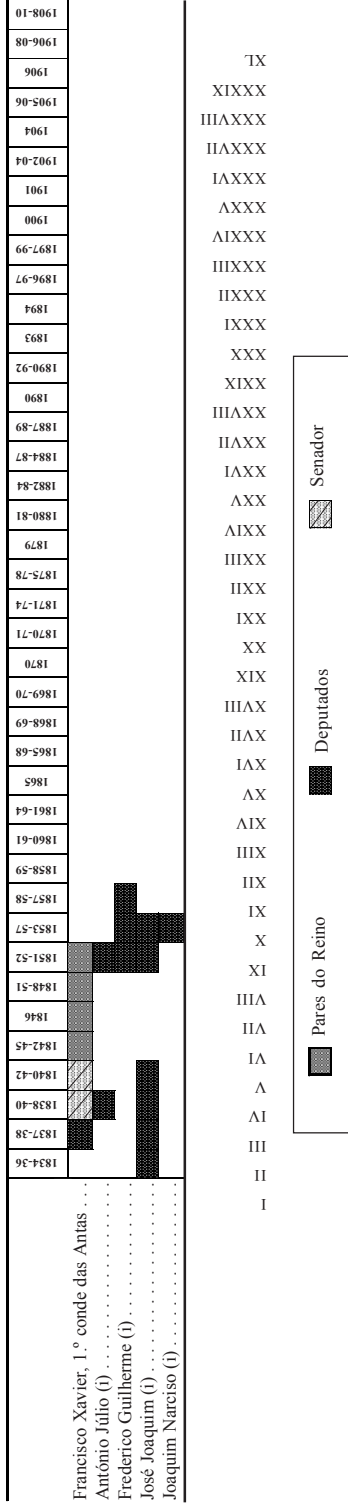
I. LEGISLATURAS

a. Dinastia Palmela; b. dinastia Braamcamp; c. dinastia Silva Pereira (Antas); d. dinastia Carvalho (Chancelheiros); e. dinastia Serpa Pimentel (Gouveia); f. dinastia Margiochi.

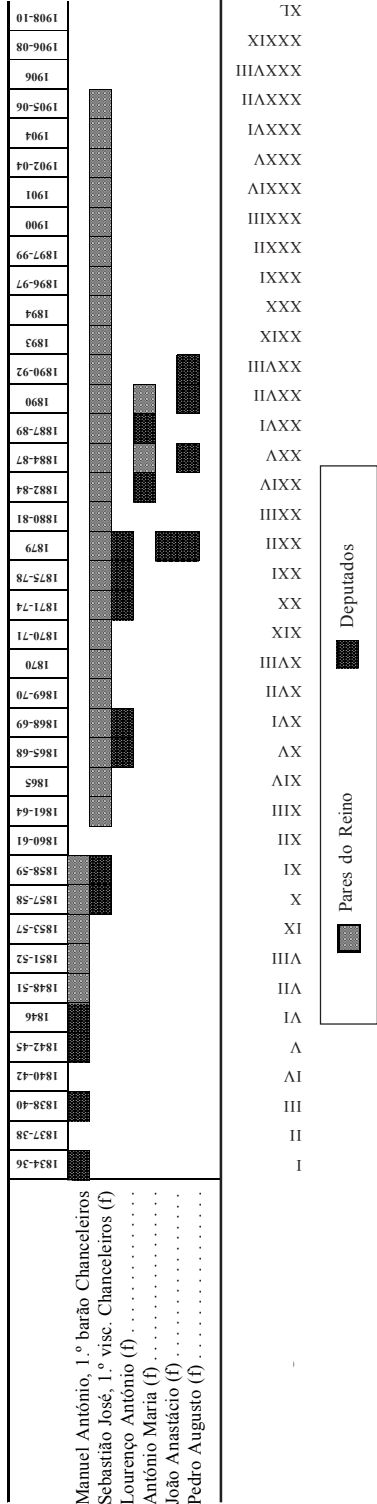
Legenda: f — filho; n — neto; bn — bisneto; i — irmão; cnh — cunhado; sb — sobrinho; sn — sobrinho-neto; g — genro; t — tio; cp — compadre; p — primo; (a — indica que o parentesco é por afinidade).

⁵ Eduardo Cabezas Ávila, «*Los de siempre*». *Poder, Familia y Ciudad (Ávila, 1875-1923)*, Madrid, 2000, p. 94.

I. c. Dinastia Silva Pereira (Antas)



I. d. Dinastia Carvalho (Chanceleiros)



Senador

Deputados








Pares do Reino

II. GENEALOGIAS*

- a. Dinastia Palmela.
- b. Dinastia Braamcamp.
- c. Dinastia Borralha.

LEGENDA

Símbolos

-  Homens  Mulheres  Casamento
-  Fundador da dinastia
-  Parlamentar com laço de parentesco com o fundador
-  Parlamentar sem relação de parentesco com o fundador
-  Figuras não parlamentares

Títulos nobiliárquicos

- dq – duque.
mq – marquês.
c – conde.
vc – visconde.
b – barão.

Nota: Na indicação dos nomes optou-se por incluir, em geral, apenas o primeiro nome e o último apelido.

* Agradeço ao arquitecto Fernando Costa Neves a elaboração em modo informático dos mapas genealógicos.

II. a. Dinastia Palmela

